

selheira tutela (Assessora ACTERJ); Alessandra Vaz - Associação Brasileira Terra dos Homens (Assistente Administrativo); Marcy Gomes - Associação Brasileira Terra dos Homens (Psicóloga); Kenia Costa - Instituto JCA e Fórum DCA Niterói (Assistente Social/Analista de Projetos - Secretaria Executiva).

Na manhã de 30 de Julho de 2025, às 10h, realizou-se, de forma presencial na sede da Defensoria Pública no Centro do Rio de Janeiro, a Assembleia Ordinária do CEDCA/RJ com a presença de diversos conselheiros e convidados de entidades parceiras, incluindo adolescentes do CPA (Comitê de Participação de Adolescentes), com a seguinte pauta:

Aprovação da ATA da Assembleia Ordinária e Extraordinária de Ju-

Tema: Estatuto da Criança e do Adolescente. Convidados:

Adolescentes do Comitê de Participação de Adolescentes (CPA CEDCA RJ)

Solicitação de Publicação em D.O. do edital de eleição sociedade civil e prorrogação do prazo para candidaturas

Deliberação Editais de Chamamento Público- Termo de Fomento e de credenciamento

Deliberação Comissão de Avaliação Projeto

Deliberação Comissão de Avaliação Chancela 7- Informes das comis-

sões

A presidente Mônica Alkmim deu início à reunião, saudando todos e destacando a importância do contato presencial para fortalecer o de- bate.

A pauta incluiu a aprovação das atas de junho, a análise de temas relacionados ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a pu- blicação de editais, a criação de comissões e a atualização das ações do conselho.

Destques principais:

Aprovação das atas: A secretária geral, conselheira Ana Paula Rodrigues informa que as atas foram enviadas para todos, mas não houve tempo suficiente para a leitura e destaque. Com isso, foi proposto que as atas das assembleias de junho (ordinária e extraordinária) e também a de julho fossem colocadas em votação na assembleia ordinária de agosto.

Quem concorda com a proposta apresentada?

Concordo (9) Discordo (0) Abstenção (0) Aprovada por unanimidade

Tema do Estatuto da Criança e do Adolescente: Adolescentes do CPA apresentaram um panorama histórico do ECA, destacando avanços e dificuldades na sua efetiva implementação. Ressaltaram o atraso na estrutura do CPA, que sofre com falta de recursos, transporte e apoio institucional, e leram uma carta de repúdio ao descaso com a participação de adolescentes nos espaços de controle social, também aprovada por unanimidade.

Quem concorda com a carta de repúdio e que seja encaminhada pelo CEDCA aos órgãos responsáveis/ demais autoridades?

Concordo (9) Discordo (0) Abstenção (0) Aprovada por unanimidade.

Participação dos adolescentes: Os jovens relataram dificuldades enfrentadas, especialmente na obtenção de recursos públicos para desenvolver efetivamente as ações do comitê, encontros presenciais, repre- sentação em assembleias do conselho, atividades e eventos exter- nos. Destacaram a importância do CPA como espaço de protagonismo juvenil e reivindicaram maior reconhecimento e apoio do estado na estruturação e destinação de recursos fundamentais para seu fun- cionamento, reforçando o compromisso de fortalecer esse espaço de participação e cumprindo os marcos legais.

Publicação de editais e eleições: Foi aprovada a solicitação de pu- blicar em D.O. o edital de convocação para eleições da sociedade civil no próximo mandato do CEDCA, com a prorrogação do prazo de inscrições para 15 de agosto. Quem aprova a solicitação de publicação em D.O. e redes do Cedca?

Concordo (9) Discordo (0) Abstenção(0) Aprovada por unanimidade

Também foram aprovados os editais de fomento e credenciamento de projetos, essenciais para a utilização de recursos públicos e aprovação de projetos de entidades que atuam com crianças e adolescentes.

Criação de comissões: Foram aprovadas, por unanimidade, as comis- sões de avaliação de projetos e de chancela, compostas por mem- bros da sociedade civil e do poder público, com a missão de garantir transparéncia e lisura nas seleções.

Quem aprova as deliberações que cria a comissão de avaliação de chancela e a comissão de avaliação de projetos via editais?

Concordo (9) Discordo (0) Abstenção (0) Aprovada por unanimidade.

Atualizações das ações/ informes das comissões: Houve necessidade de atualizar diretrizes relativas a política estatal de prevenção e en- frentamento aos homicídios de crianças e adolescentes, com a pro- posta de divulgar a forma de acesso ao conteúdo integral nas redes do CEDCA, publicando uma versão resumida no Diário Oficial. A ver- são original também deve ser enviada por email.

A comissão socioeducativa avança na revisão do plano decenal do setor.

Participação e ausências: A equipe do conselho deve monitorar sis- tematicamente a frequência dos conselheiros nas assembleias, ficando o levantamento de conselheiros governamentais a cargo do vice- presidente, Sr. Arthur, e da sociedade civil pelo Fórum DCA RJ, com a previsão de inclusão na próxima ata. Nesta assembleia, por solicitação e deliberação da plenária, devido ausência do vice-presidente, foi encaminhado que a presidente assino o email com este levantamento e pedindo informações sobre as ausências. Conselheira Sra Letícia sugere que na próxima ata seja colocado este levantamento e lido em assembleia, que fica registrado por todos/as.

Próxima assembleia: Ficou agendada para 27 de Agosto, preferencialmente em formato híbrido, com solicitação de espaço na sede da De- fensoria Pública.

Encaminhamentos importantes:

Proposta apresentada pelos adolescentes para revisão do regimento interno do CEDCA, incluindo o CPA como instância permanente que compõe o conselho, visando fortalecer e estruturar o Comitê de Par- ticipação de Adolescentes.

Divulgação dos editais aprovados e prazos via plataformas oficiais e redes sociais.

Fortalecimento da participação dos adolescentes, com maior reconhe- cimento legal, estrutural e de recursos.

Definição do local e formato da próxima assembleia, buscando maior acessibilidade.

Monitoramento e registro do quadro de ausências dos conselheiros nas assembleias.

Ao final, a presidente enfatizou a importância do fortalecimento do Conselho e do papel do CPA na garantia dos direitos de crianças e adolescentes, destacando que a luta por efetivação deve continuar com mobilização, diálogo e recursos adequados. Processo nº SEI-310001/004010/2025.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2025

MÔNICA ALKMIM
Presidente do CEDCA/RJ

Id: 2679689

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DI- REITOS HUMANOS

EXTRATO ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12 DE AGOSTO DE 2025 - CONEPLIR/RJ

Aos doze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, às treze horas e trinta e cinco minutos, no Condomínio Maçônico, localizado na Rua Mariz e Barros, nº 945, Tijuca, Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Estadual de Defesa e Promoção da Liberdade Religiosa - CONEPLIR/RJ, sob a presidência do Sr. Og Sperle. A reunião foi pre- parada pelos Secretários Executivos do Conselho: Salete Gomes e Joaquim Gomes. Estiveram presentes membros titulares e suplementares do Conselho, além de representantes da sociedade civil e convidados.

O presidente declarou aberta a sessão e deu início aos trabalhos com a seguinte pauta: 1- Aprovação da última ATA; 2- Situação da elaboração do CNPJ do Conselho; 3- Casos de Intolerância Religiosa que nos chegaram e as providências do Coneplir; 4- Apresentação dos novos Conselheiros; 5- Cerimônia de Posse dos novos Conselheiros; 6- Assinatura da Carta Compromisso com a Secretaria de Es-

tado da Mulher; 7- Elaboração da Nota Técnica sobre a entrada de mi- nistros religiosos dentro dos Hospitais do Estado; 8- Elaboração da LDO 2026 para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro; 9- Elaboração do material para exposição permanente sobre as religiões que compõem o Coneplir; 10- Explanação sobre reunião com a Secretaria da Secretaria de Di- retos Humanos de Niterói e 11- Assuntos Gerais. Inicialmente, foi sub- metida à apreciação dos presentes a Ata da reunião anterior. Após leitura e breve discussão, a mesma foi aprovada por unanimidade, sem ressalvas ou alterações. Em seguida, foi discutida a situação da

elaboração do CNPJ do Conselho. O Presidente Og Sperle informou que o processo foi levado para a secretaria de Direitos Humanos e que, segundo a orientação, teremos que aguardar o parecer jurídico da instituição. Na oportunidade, conversamos sobre o regimento do Conselho e as tratativas para que passe do conselho consultivo para conselho deliberativo, assim como a possibilidade de ter recursos para as atividades. O Grão-Mestre da GLMERJ, Sereníssimo José Ricardo Salgueiro do Castro, que ofereceu o Condomínio da da GLMERJ e acolheu o Coneplir para a realização da presente Assembleia, deu as boas-vindas a todos. Nessa pauta da elaboração do CNPJ, disse que a questão está no artigo 1º do DECRETO Nº 46.221 que diz: Fica instituído, sem aumento de despesas, o Conselho Estadual de Defesa e Promoção da Liberdade Religiosa (CONEPLIR/RJ). O primeiro passo seria retirar sem aumento de despesas. O terceiro item tratou dos casos de intolerância religiosa recebidos pelo CONEPLIR e as pro- vidências tomadas. Foram relatados três novos casos ocorridos nas regiões metropolitana e baixada fluminense, envolvendo depredação de terreiros e agressões verbais. O Conselho já encaminhou notificações para os órgãos competentes e acompanha dando suporte às ví- timas. Decidiu-se pela intensificação de campanhas educativas nas re- des sociais e em comunidades mais vulneráveis. Prosseguindo, foram apresentados oficialmente os novos conselheiros indicados por entida- des religiosas diversas, que representarão suas tradições religiosas.

Compondo a representação dos Fé Bahá'í, como titular, Aurélio Gehard Gama e como suplente Marilucia Ribeiro Pinheiro. Compondo a representação do Candomblé, como titular, Sandro de Souza e co- mo suplente Leandro Cesar Menezes Pereira. Compondo a representa- ção de Outras Matrizes Africanas, como titular, Fabio Soares Bastos. Ao final da reunião, foi realizada a solene cerimônia de posse, na qual os novos membros assumem o compromisso perante a assem- bleia, comprometendo-se a defender a liberdade religiosa e os prin- cípios do Conselho. Posteriormente, foi refletida sobre a Carta Com- promisso com a Secretaria de Estado da Mulher, o 2º secretário Ale- xandre informou o acréscimo sugerido pelo conselho acrescentando o CONEPLIR como organismo comprometido com a superação de todas as violências contra a mulher, trabalhando em parceria para o desen- volvimento de ações conjuntas voltadas ao acolhimento de mulheres vítimas de intolerância religiosa e à promoção de políticas públicas in- tersectoriais. No sétimo ponto, debruçou-se sobre a elaboração de uma Nota Técnica que regulamente a entrada de ministros religiosos em hospitais do Estado. Foi constituído um grupo de trabalho para redigir uma minuta que garanta o direito à assistência espiritual aos internos, respeitando os protocolos sanitários e a diversidade de crenças. O prazo para apresentação do documento foi estipulado para a próxima reunião. Discutiu-se, ainda, sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2026, destinada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. Os conselheiros reforçaram a ne- cessidade de incluir verba específica para programas de combate à intolerância religiosa, capacitação de agentes públicos e manutenção do próprio CONEPLIR. As sugestões serão consolidadas em um ofício a ser encaminhado à secretaria. Quanto nono item, tratou da elabora- ção de material para uma exposição permanente sobre as religiões que compõem o Conselho. A proposta é criar um acervo educativo com símbolos, textos e audiovisuais que representem a diversidade religiosa do Estado, a ser utilizado em nossas reuniões e nos eventos do CONEPLIR. Foi formada uma comissão para levantar recursos e curadoria, o 1º secretário Bruno Alves ficou com a responsabilidade de apresentar uma proposta na próxima reunião. Em seguida, o presidente fez uma expla- nação sobre a reunião mantida com a Secretaria de Direitos Humanos de Niterói, na qual foi pactuada a realização de um fórum regional sobre liberdade religiosa ainda este ano, com o objetivo de descentralizar as ações do Conselho e fortalecer o diálogo com os munici- piós. Por fim, nos assuntos gerais, foram tratados pontos como a or- ganização do InterFé na OAB e a participação do CONEPLIR em au- diências públicas na Assembleia Legislativa que trate de questões re- ligiosas. ESTIVERAM PRESENTES: o presidente Og Azevedo Sperle e a conselheira Ariadne G. Pinheiro, da União Wicca do Brasil, o vice- presidente Justino Carvalho Neto, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, o conselheiro Luiz Gustavo Barbosa, da Ordem dos Advogados do Brasil, o conselheiro Ubiratan de Oliveira Angelo, da Grande Loja Maçônica do Estado do Rio de Janeiro - GL- MERJ, a conselheira Sandra Constâncio Nunes de Lima, da Secretaria de Administração Penitenciária - SEAP, o conselheiro Rafael Soares de Oliveira, da Koinonia Presença Ecumênica e Serviço, o conselheiro Bruno Cesar Costa Alves e a conselheira Verônica No- gueira de Souza Pimentel, da Secretaria de Estado de Educação - SEEDUC, a conselheira Izalde Ribeiro de Faria, da Subsecretaria de Gestão da Atenção Integral à Saúde, a conselheira Bruna Lessa Vi- don, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, a con- selheira Athamis B. de Souza, do Centro Nova Cumbi de Tradições Nativas - CNC, o conselheiro Saídu Rahman Mahomed, da Sociedade Beneficente Mulçumania, o conselheiro Alexandre Pereira da Silva, do Conselho Espírita do Estado do Rio de Janeiro - CEERJ e a secre- tária do Coneplir, conselheira Marlúcia Pinheiro, da Assembleia Es- piritual Local dos Bahá'ís do Rio de Janeiro, o conselheiro Sandro de Souza e o conselheiro Leandro Cesar Menezes Pereira, do Candomblé-Ilé Ifá, o conselheiro Fabio Soares Bastos, da Comunidade Ifá, o Conselheiro Paulo Siciliano Aieta, da Secretaria de Estado de Polícia Civil e a secretária Salete Gomes, do Coneplir. AUSÉNCIAS JUSTI- FICADAS: o conselheiro Éder Beling, do Sínodo Sudeste IECLB, o conselheiro David Gomes Pereira, da Convenção Evangélica Casa de Oração. O conselheiro Carlos Marcelo C. de M. Silva, do Instituto Internaciona Carta Magna da Umbanda RJ, o conselheiro Marcelo Va- cite, da União Cigania do Brasil, a conselheira Tania Amorim de Barros, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, a con- selheira Ana Luiza Grillo Balassiano, da Associação Religiosa Israelita do Rio de Janeiro- ARI, o conselheiro Nelson Augusto dos Santos Águia, da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, a con- selheira Maria Helena Oliveira Lemos (Kunti dd), da Iskon Sociedade Internacional para Consciência de Krishna do Rio de Janeiro e o con- selheiro Itsham Ahmad Moman, da Associação Ahmadiyah do Islã no Brasil. ESTIVERAM PRESENTES COMOS CONVIDADOS: Felipe Adams Duarte Costa, Thiago Luiz Alves dos Santos, Carlos Bruno Vini- nhais, Bruno Alves Górgio, Carlos Alberto do Nascimento, Fábio S. de Assis e José Ricardo Salgueiro de Castro. AUSÉNCIAS NÃO JUSTI- FICADAS: não houve. Nada mais havendo a tratar, a assembleia ordi- nária foi encerrada às 16:28h. Não havendo mais nada a tratar, o presidente encerrou a reunião às 16:30min. Após leitura e aprovação na próxima assembleia, a ata seguirá para publicação no DOERJ. Processo nº SEI-310001/004108/2025.

Rio de Janeiro, 12 de Agosto de 2025

OG AZEVEDO SPERLE
Presidente do CONEPLIR/RJ

Id: 2679684

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO LEÃO XIII

DESPACHO DA PRESIDENTE DE 17.09.2025

PROCESSO Nº SEI-310003/000591/2025 - DEFIRO, em caráter permanente, o pedido de Isenção de Imposto de Renda, de acordo com Laudo Médico, nos termos do Parecer exarado pela Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional do Estado do Rio de Janeiro, à servidora, ora beneficiária, TANIA TALIA MAZZEO NORTE, servidor (a) pertencente ao Quadro Suplementar de Pessoal desta Fundação Leão XIII, no cargo de Técnico de Nível Superior - Médico, matrícula nº 1802633-6, Id. Funcional nº 8758646, conforme o disposto nas Leis nº 7713/1988 e nº 11.052/2004.

Id: 2679632

FUNDAÇÃO LEÃO XIII

DESPACHO DA PRESIDENTE DE 17.09.2025

PROCESSO Nº SEI-310003/000303/2025 - DEFIRO, em caráter permanente, o pedido de Isenção de Imposto de Renda, de acordo com Laudo Médico, nos termos do Parecer exarado pela Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional do Estado do Rio de Janeiro, à servidora, ora beneficiária, ANA LUCIA LIMA GOMES, pertenente ao Quadro Suplementar de Pessoal desta Fundação Leão XIII, no cargo de Técnico de Nível Superior - Técnico em Assuntos Culturais, com matrícula nº 1805193-8 e Id. Funcional nº 21389829, conforme o disposto nas Leis nº 7713/1988 e nº 11.052/2004.

Id: 2679715

Secretaria de Estado de Esporte e Lazer

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 16.09.2025

PROCESSO Nº SEI-30001/001448/2022 - Atendendo ao disposto no Parágrafo Único do art. 18º da Resolução SEELJE nº 172/2019, PRO- APROVO a Prestação de Contas do Projeto Esportivo Incentivado mencionado abaixo:

Patrocinador: Lojas Riachuelo S/A

Projeto: Rainha do Mar

PropONENTE: Effect Esporte e Entretenimento LTDA.

CNPJ: 09.452.548/0001-47.

Valor Total: R\$ 304.288,03 (trezentos e quatro mil, duzentos e oitenta e oito reais e três centavos).

Id: 2